

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS

Francine Fachini

**EDUCAÇÃO PRISIONAL: PERSPECTIVAS, EXPECTATIVAS E DESAFIOS PARA  
A REINserÇÃO DO INDIVÍDUO NA SOCIEDADE**

Porto Alegre

2015

Francine Fachini

**EDUCAÇÃO PRISIONAL: PERSPECTIVAS, EXPECTATIVAS E DESAFIOS PARA  
A REINSERÇÃO DO INDIVÍDUO NA SOCIEDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial para a  
obtenção do grau de Licenciado em  
Pedagogia-Educação Infantil e Anos Iniciais  
da Faculdade de Educação da Pontifícia  
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.  
Orientadora: Profa. Dra. Marília Costa  
Morosini

Porto Alegre

2015

Francine Fachini

**EDUCAÇÃO PRISIONAL: PERSPECTIVAS, EXPECTATIVAS E DESAFIOS PARA  
A REINSERÇÃO DO INDIVÍDUO NA SOCIEDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial para a  
obtenção do grau de Licenciado em  
Pedagogia-Educação Infantil e Anos Iniciais  
da Faculdade de Educação da Pontifícia  
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado em 25 de junho de 2015.

**BANCA EXAMINADORA**

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Marília Costa Morosini – PUCRS

---

Convidado(a): Prof<sup>a</sup>. Dra. Leunice Martins de oliveira - PUCRS

---

***Dedico à esperança  
que perpetua em  
nossos corações por  
uma educação  
igualitária.***

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus pais cuja missão, como fora dita por eles, foi cumprida. Agradeço a eles que sempre fizeram-se presentes e o possível para este sonho tornar-se realidade, que muitas vezes renunciaram seus sonhos para tornar os meus possíveis. Dedico carinhosamente a minha avó Rosa (in memoriam) cujo sonho era ter uma neta professora. Agradeço a minha irmã Lisiane pela paciência e admiração, a meu namorado Arthur, que por muitas vezes não me deixou desanimar, mostrando-me o quanto sou capaz e que sim, era possível.

Agradeço, aos alunos em privação de liberdade, que mostraram-me que sim, é possível a mudança através da educação, que “não existem pessoas irrecuperáveis mas sim, métodos inadequados”. As educadoras intramuros que disponibilizaram seu tempo para atender-me e auxiliar-me na construção do meu trabalho de conclusão de curso.

Agradeço a minha orientadora Marília, que dedicou seu tempo e compartilhou sua experiência junto ao seu olhar crítico e construtivo auxiliou-me a superar os desafios deste trabalho de conclusão. Agradeço a bolsista Lorena por me socorrer e tranquilizar nos momentos difíceis.

Serei eternamente grata a todos que fizeram parte da minha trajetória acadêmica até minha formação.

## RESUMO

O presente trabalho tem a intenção de tecer reflexões sobre o papel da escola no espaço prisional, buscando compreender como educadores intramuros a percebem e trabalham para melhorar a educação e a expectativa de uma vida melhor, dos indivíduos em situação de privação de liberdade. Trata-se de um estudo de caráter qualitativo, que utilizou a técnica de análise de conteúdo, tendo como sujeitos, três educadores intramuros da escola situada na Penitenciária Feminina Madre Pelletier, na cidade de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul/Brasil. Como instrumentos para realização dos procedimentos metodológicos foram utilizados para a coleta de dados entrevistas semiestruturadas e para conhecer o ambiente escolar foi realizada uma observação. O estudo buscou contextualizar a realidade encontrada na escola intramuros juntamente com os referenciais teóricos utilizados. Sendo assim, foi possível compreender de forma mais clara o processo de reinserção deste indivíduo na sociedade com a contribuição da educação. Como resultados conclui-se que apesar da educação ser considerada como um direito de todos, estejam eles privados ou não de sua liberdade, e que mesmo que a educação desempenhe um papel essencial na formação do ser humano, ela não deve ser considerada a única responsável por reinserir este indivíduo na sociedade. A educação é um instrumento fundamental e indispensável neste processo, assim como destacado pelas educadoras intramuros entrevistadas, mas não deve ser responsabilizada singularmente por este indivíduo, mas que, assim como a escola desempenha seu papel, o Estado deve assegurar a educação e a sociedade deve desempenhar um papel solidário auxiliando a reinserção deste indivíduo na sociedade.

**Palavras-chave:** Educação prisional. Educadores intramuros. Reeducandos. Reinserção social. Privação de liberdade.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AlfaSol	Alfabetização Solidári
Ilanud	Instituto Latino Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
EJA	Educação para Jovens e Adultos
IPF	Instituto Paulo Freire
NEEJA	Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos
P <sup>1</sup>	Professora 1
P <sup>2</sup>	Professora 2
P <sup>3</sup>	Professora 3

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2</b>	<b>MARCO TEÓRICO.....</b>	<b>10</b>
<b>2.1</b>	<b>Educação como um direito de todos.....</b>	<b>10</b>
<b>2.2</b>	<b>Instituições educacionais no espaço prisional .....</b>	<b>13</b>
2.2.1	AlfaSol.....	13
2.2.2	Ação Educativa .....	14
<b>2.2.3</b>	<b>Instituto Paulo Freire .....</b>	<b>15</b>
2.2.4	Instituto Latino Americano das Nações Unidas para prevenção do delito e.....	15
<b>2.3</b>	<b>Pesquisas no Brasil sobre Educação Prisional.....</b>	<b>16</b>
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....</b>	<b>18</b>
<b>3.1</b>	<b>Abordagem de pesquisa.....</b>	<b>18</b>
<b>3.2</b>	<b>Contexto, sujeitos e organização da pesquisa.....</b>	<b>18</b>
<b>3.3</b>	<b>Técnica de coleta de dados.....</b>	<b>19</b>
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DE DADOS.....</b>	<b>21</b>
<b>4.1</b>	<b>Características da escola .....</b>	<b>21</b>
<b>4.2</b>	<b>Educação em um espaço prisional: características e especificidades deste.....</b>	<b>23</b>
	espaço educacional .....	23
<b>4.3</b>	<b>O papel do educador neste espaço de educação prisional.....</b>	<b>26</b>
<b>4.4</b>	<b>A educação no espaço prisional e as possibilidades de inserção dos.....</b>	<b>31</b>
	sujeitos privados de liberdade.....	31
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>36</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>38</b>
	<b>APÊNDICE A - INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS .....</b>	<b>41</b>
	<b>APÊNDICE B-TABELA DE PERGUNTAS CORRESPONDENTES AOS</b>	
	<b>OBJETIVOS.....</b>	<b>42</b>
	<b>ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO.....</b>	<b>44</b>

## 1 INTRODUÇÃO

*“Aqui não tem polícia, aqui tem professor e aluno.” P<sup>3</sup>.*

Este trabalho tem como objetivo apresentar a educação prisional, a partir do seguinte questionamento: Educação Prisional – Expectativas, perspectivas e desafios para a reinserção do indivíduo na sociedade.

Diante da crise que nos deparamos hoje na educação, questiono-me: esta precariedade que encontramos é apenas nas escolas? Digo, nas escolas com as quais estamos acostumados a frequentar, observar e até mesmo analisar. Por que não estudamos mais os diferentes espaços educacionais? Precisamos rediscutir a educação como um direito para todos. Parto então deste pressuposto, o assunto gera surpresa, espanto ou até mesmo indagação, por quê? Por que educação prisional? A escolha do tema é para mim um desafio, desafio como professor, pois é esta a nossa missão como educadores. Tornar possível, estar ao alcance de todos, e por que não de um detento? Passo a questionar-me, por que ele está lá? O que significa educação para aquele indivíduo privado de liberdade? Como ele vê, hoje, a educação? Ele vê a possibilidade de mudança através da educação?

Se pararmos, hoje, para analisarmos a situação carcerária no Brasil, mais precisamente, no Rio Grande do Sul, é vergonhoso, é insalubre a realidade com a qual nos deparamos. Podemos até acreditar que seja impossível algum indivíduo se reinserir na sociedade. Mas eu não vejo isso como impossível, todos são recuperáveis, basta querer. Entretanto, esta fala passa a ser contraditória, no momento em que passamos a analisar a situação precária dos presídios, como anteriormente citado. No entanto, como professora, não acredito que, apenas através da educação será possível a reinserção deste cidadão na sociedade, mas, que a educação é essencial neste processo, proporcionando novas expectativas para este indivíduo privado de sua liberdade.

Contudo, infelizmente, grande parte da sociedade não se interessa em ajudá-los, a maioria critica, exclui, age com pré-conceitos. São poucos os que almejam trabalhar com este grupo de indivíduos, menor ainda a população que acredita na mudança. Este assunto nunca foi abordado na minha trajetória acadêmica, mas me deparei com adolescentes fazendo estas escolhas, envolvendo-se na criminalidade, nas vivências durante as práticas e estágios no decorrer do curso. Observando e,

muitas vezes, presenciando algumas atitudes, me interessei e decidi pesquisar e conhecer mais detalhadamente este assunto, passando a me questionar: Como é a educação neste espaço? Quais são as perspectivas destes indivíduos? Quais as expectativas dos educadores? O que rege a lei?

A partir daí então, surgiu a ideia de realizar a pesquisa sobre o tema. Com isso, hoje já não vejo mais apenas como um trabalho de conclusão de curso, mas como uma perspectiva minha, profissional, passou a ser a área em que eu, como futura professora, pretendo atuar. Pois, não basta você teorizar, ler e acreditar deve, acima de tudo, fazer acontecer, para que todos passem a acreditar, que é possível uma educação digna para todos e em todos os lugares. Pois, o que não notamos é que muitos educadores passam a criar “grades”, “barreiras” entre seus alunos privatizando-os de uma boa educação. E deste grupo não quero fazer parte.

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo geral discutir a educação como um direito para todos, a partir de estudos e pesquisa com educadores intramuros sobre os desafios encontrados, suas expectativas e perspectivas para reinserir o aluno em situação de privação de liberdade, na sociedade e, como objetivos específicos têm: constatar as expectativas dos educadores intramuros; interpretar as perspectivas que os educadores intramuros efetivamente têm sobre a educação como método de reinserção de alunos em privação de liberdade; identificar as ações transformadoras para uma educação capaz de reinserir o reeducando na sociedade; compreender como projetos de reinserção social funcionam efetivamente nestes espaços intramuros; compreender qual o papel do educador intramuros neste espaço e os desafios encontrados na vivência no espaço prisional e interpretar as expectativas que os educadores intramuros efetivamente têm sobre a educação no espaço prisional.

Portanto, quero a partir deste trabalho de pesquisa certificar-me e comprovar a todos os que desacreditam que é possível a educação mover barreiras, é possível a educação fazer a diferença. É possível a educação auxiliar na reinserção do indivíduo na sociedade.

## 2 MARCO TEÓRICO

### 2.1 Educação como um direito de todos

A educação prisional tende reinserir o indivíduo na sociedade por meio de um trabalho onde o Estado dispõe-se assumir seu papel elaborando e implementando um projeto educativo que auxilie este reeducando, não apenas enquanto estiver em situação de privação de liberdade, mas, que ele leve todo este processo educativo após a recuperação de sua liberdade.

A educação em estabelecimentos penais tem sido reconhecida, isso devido a uma parceria entre a UNESCO e o Ministério da Justiça e o Ministério da Educação, através do Projeto Educando para a Liberdade.

O Educando para a Liberdade representa uma referência fundamental na construção de uma política integrada e cooperativa, capaz de atender o que se apregoa a LEP no que diz respeito à assistência educacional. Para além da ampliação da oferta e do incremento nas matrículas, entender-se ser imprescindível que a educação a ser oferecida nas prisões seja de qualidade, que promova o desenvolvimento integral desses homens e mulheres, reduza suas vulnerabilidades e amplie as formas de participação na sociedade. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2009, p. 17).

Podemos identificar este projeto como capaz de promover um cenário mais favorável para este indivíduo privado de sua liberdade, além da valorização dos profissionais envolvidos no projeto.

Sendo assim, destaco:

O Educando para a Liberdade se fortalece com o lançamento do Pronasci, que articula ações sociais com políticas de segurança pública e tem como um dos seus objetivos a ressocialização dos indivíduos que cumprem penas privativas de liberdade e egressos do sistema prisional, mediante a implementação de projetos educativos e profissionalizantes. A ideia central do Pronasci é integrar ações de segurança pública com ações de cidadania. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2009, p. 18).

Além do Projeto Educando para a Liberdade, o Programa Brasil Alfabetizado visa alfabetizar pessoas em privação de liberdade, segundo o Programa, certifica-se que tem gerado bons resultados devido ao aumento significativo das turmas.

Dias (2010 p. 62), ressalta “A assistência educacional na prisão deve ser uma das prestações básicas mais importantes na vida das internas, constituindo elemento fundamental ao tratamento penitenciário como meio de reinserção social.”

Com isso é válido destacar que o direito à educação deve ser garantido a todos os indivíduos da sociedade, sejam eles privados, ou não, de sua liberdade. Isto está previsto em diferentes órgãos legais, estando resumido na Constituição Federal de 1988 (art. 205): “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando em pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1988). Também, no artigo 208, destaca-se como dever do Estado: “[...] sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria.” (BRASIL, 1988), quando se refere ao Ensino Fundamental, obrigatório e gratuito.

Diante do que é exposto, devemos a cima de tudo, sermos realistas e ressaltar que apesar da educação ser um direito e fundamentada constitucionalmente ela ainda não se consolidou nos espaços de privação de liberdade. Uma vez que ainda são isoladas as experiências de uma proposta pedagógica, já que, ainda organiza-se como projetos de governos e não como política de Estado. Destaca-se também que o Brasil não possuía uma diretriz nacional para a política de educação em espaços de privação de liberdade. Este direito foi concedido aos detentos a partir das Diretrizes Nacionais para a educação de jovens e adultos em situação de privação de liberdade, homologado em 2010. Que considera-se: “[...] responsabilidades do Estado e da sociedade para garantir o direito à educação para jovens e adultos nos estabelecimentos penais e a necessidade de norma que regulamente sua oferta para o cumprimento dessas responsabilidades;” (BRASIL, 2010, p. 28).

Tentando compreender como e por que estes projetos não funcionam efetivamente nestes espaços, precisamos primeiro olhar ao redor as casas de detenção. A superlotação carcerária que afronta a condição humana de qualquer indivíduo que ali encontra-se, é desumano e foge de qualquer realidade e contradiz qualquer diretriz que rege pelo direito de educação do indivíduo, pois primeiramente, deve-se viabilizar espaços que dispõem de um tratamento digno e que não faça aquela pessoa retornar a sociedade mais degradado do que quando entrou na

prisão, ao contrário, ela deve sair esperançosa com expectativas de, e, para uma vida melhor e mais digna. Com isso destaca-se o que Drigo (2010, p. 67) ressalta:

De nada adiantará a aprovação das Diretrizes Nacionais para Educação nas Prisões, pelo Conselho Nacional de Educação, ou do projeto do Senado que obriga a educação básica ou profissionalizante para pessoas presas, se a tolerância ao desrespeito à Constituição não deixar de ser rotina nos presídios e na decretação de prisões desnecessárias.

A partir destas diretrizes podemos começar a pensar em melhorias para a educação dos apenados, devemos levar em consideração que apesar das leis em vigor o ideal ainda está longe do real. Partindo do pressuposto que os espaços ainda são improvisados e precários, que os profissionais que atuam nas escolas intramuros não recebem formação adequada, que os materiais não são apropriados e que a matriz curricular não é diferenciada, não atendendo a realidade destes estudantes. Tal situação desperta um sentimento de exclusão, fazendo com que eles deixem de acreditar no sistema penitenciário, resultando na falta de perspectiva nos apenados. Podemos então destacar o que as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais falam sobre as ações educativas nestes espaços:

As ações educativas devem exercer uma influência edificante na vida do interno, criando condições para que molde sua identidade, buscando, principalmente, compreender-se e aceitar-se como indivíduo social; construir seu projeto de vida, definindo e trilhando caminhos para a sua vida em sociedade. (BRASIL, 2010, p. 14).

Com isso podemos afirmar que o espaço carcerário deveria ser entendido com um espaço socioeducativo. Entretanto, não é a realidade de nossas penitenciárias. Como já destacado anteriormente, estes espaços são insalubres, “os presos recebem um tratamento aviltante e retornam à sociedade mais degradados do que quando entrarão na prisão.” (BRASIL, 2010, p.3).

É importante levarmos em consideração a experiência de vida destes reeducandos, assim favorecendo a eles uma educação emancipatória e não apenas “depositando” conhecimentos sem se quer, saber de suas necessidades e conhecimentos prévios.

A autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É neste sentido que uma pedagogia da

autonomia tem que estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitadas da liberdade. (FREIRE, 1996, p. 107).

Deve-se acreditar em uma educação libertadora e não bancária, assim o gosto por aprender será evidente.

A partir disso então, concordando com Freire (1996), como educadores, devemos ter como objetivo principal tornar este indivíduo consciente de suas atitudes, possibilitando-lhe a total liberdade de desenvolver sua própria personalidade. Isto chamamos de educação emancipatória, que tem como principal objetivo uma ação transformadora do indivíduo. E, é isso exatamente que precisamos oferecer aos apenados, uma educação digna, igualitária. Por isso, destaco o que Monteiro (2003 p. 764) ressalta: “é num direito prioritário porque é o direito mais fundamental para a vida humana com dignidade, liberdade, igualdade, criatividade”.

Ainda assim, afirma-se que, o direito a educação, já previsto nas Diretrizes Nacionais, seja dentro ou fora dos espaços prisionais, é fundamental para conseguirmos reinserir estes jovens e adultos na sociedade e, ou, evitar a reinserção deles nestes espaços de privação de liberdade. Mas lembrando, que é essencial e não o único responsável por desempenhar este papel (BRASIL, 2010).

## **2.2 Instituições educacionais no espaço prisional**

Partindo do pressuposto de precariedade da educação dentro dos espaços prisionais, destaco quatro instituições que apresentam uma proposta de trabalho sobre a educação no espaço prisional. Como falado pela série CEREJA que essas instituições, uniram-se em 2009, em parceria com demais organizações da sociedade civil, para discutirem assuntos relacionados a educação prisional no Fórum Social Mundial. As instituições aqui faladas são: AlfaSol; Ação Educativa; Instituto Paulo Freire e o Ilanud.

### **2.2.1 AlfaSol**

AlfaSol é uma organização não- governamental, que segundo sua representante Ednéia Golçalves, eles visam contribuir para a diminuição do analfabetismo.

A AlfaSol defende cinco dimensões para sua efetiva atuação na luta pelo direito a educação a todos, são estes:

- Atuação Local: Imersão no contexto sociocultural do aluno.
- Capacitação de Educadores Locais: Possibilidade de formação de agentes efetivos de transformação social de longo prazo, advindos da própria comunidade atendida, construindo condições de autossustentabilidade para ações educativas futuras.
- Parceria com Instituições de Ensino Superior (IES): União de esforços que possibilita um intenso intercâmbio entre o saber constituído em bases acadêmicas e o conhecimento construído pelos alunos em seu contexto sociocultural.
- Mobilização em torno do direito de jovens e adultos à escolarização contínua e de qualidade: Indicação a gestores da possibilidade concreta de desenvolvimento de ações de ampliação da escolaridade global do município e estado, incluindo a Educação de Jovens e Adultos dentre as prioridades do ensino fundamental e médio.
- Avaliação: Desenvolvimento de sistema de avaliação contínua, visando aprimorar o processo de atuação e informar à sociedade, de maneira próxima e sistemática, os resultados do trabalho desenvolvido pela Organização nas comunidades atendidas. Esse processo abarca todas etapas e aspectos do atendimento. (YAMAMOTO et al, 2010, p. 13-14).

### 2.2.2 Ação Educativa

A Ação Educativa desenvolve um trabalho desde 1994, seu projeto procura integrar os direitos humanos, culturais, sociais, econômicos e ambientais. Isso tudo de uma forma que possa promover o acesso de todos a educação. E para que ela possa desenvolver este ofício, é importante que ressaltemos que:

Para realizar esta missão, a Ação Educativa combina diferentes estratégias: ação local e experimentação pedagógica; formação e capacitação de jovens, educadores e outros agentes sociais; fomento a manifestações artísticas e culturais de grupos, articulação e participação em redes e fóruns em âmbito local, nacional e internacional; promoção de campanhas de sensibilização mobilização ; pesquisa e difusão de informações e conhecimentos; promoção de debates e intercâmbio, produção de materiais educativos, acessória a órgãos públicos, exigibilidade social e jurídica de direitos educativos e da juventude, lobby e advocacy junto aos poderes executivo, legislativo e judiciário. (YAMAMOTO et al, 2010, p. 14).

### 2.2.3 Instituto Paulo Freire

Fundada em 1992 no Brasil mas com seu legado espalhado por todos os continentes, o IPF “partem do referencial teórico-metodológico freiriano e do contexto social e histórico que atuam.” (YAMAMOTO et al, 2010, p. 15). Ainda assim destaque:

Fundamentado nesse referencia teórico-metodológico, o IPF realiza ações e desenvolve projetos junto a determinados governos, aos movimentos sociais e ONGs, em que desempenha diversos papéis, tais como: articulação, gestão, formação de formadores, definição de metodologia educativa, análise e redefinição curricular, atuação em campanhas, em fóruns e agendas de mobilização. (YAMAMOTO et al, 2010, p. 16)

Também podemos afirmar que o IPF tem como princípio a transformação social do individuo e de sua autonomia.

### 2.2.4 Instituto Latino Americano das Nações Unidas para prevenção do delito e tratamento do delinquente

Sua sede fica localizada na Costa Rica, foi criada em 1975. Mas, somente em 1997 a Ilanud começou a atuar no Brasil. “A missão do Ilanud é colaborar para o fortalecimento do Estado de Direito no Brasil, com respeito aos direitos humanos, buscando a prevenção da paz e do desenvolvimento social.” (YAMAMOTO et al, 2010, p. 17)

Também julgo importante que destaquemos que “suas atividades se traduzem em duas formas de atuação: produção de conhecimento (pesquisas, diagnósticos, avaliações) e difusão do conhecimento (atividades de formação, capacitação, publicações etc.)” (YAMAMOTO et al, 2010, p. 17).

Para concluir reintero a importância das propostas que as instituições citadas anteriormente com base na fala de Siqueira (2010):

Desta forma, AlfaSol, Ação Educativa, Instituto Paulo Freire e Ilanud apresentam uma proposta bastante ousada de construção coletiva, na qual o processo é parte intrínseca da aposta na equidade: a indicação dos subtemas é produto de oficina organizada no Fórum Social Mundial 2009. (SIQUEIRA, 2010, p. 05-6).

### 2.3 Pesquisas no Brasil sobre Educação Prisional

As pesquisas analisadas visam avaliar o contexto institucional e educacional nas prisões brasileiras.

Ambos os estudos procuram contextualizar a realidade social dos reeducandos, viabilizando as perspectivas no processo de ressocialização destes indivíduos na sociedade.

No texto “Educação ou castigo: um estudo sobre mulheres reeducandas”, vale ressaltar que:

“[...] conceitos como: gênero, pertencimento, identidade, exclusão e inclusão, estigma, pobreza, violência simbólica e cotidianidade foram utilizados para compreender as relações dentro e fora da instituição prisional e as relações sociais estabelecidas pelas reeducandas antes e após o cárcere.” (CUNHA, 2011, p. 08).

Estes apontamentos auxiliaram para compreender e discutir o espaço e a realidade que estas mulheres estão inseridas.

Também, os artigos destacam a oferta da educação nestes espaços, suas precariedades e dificuldades encontradas em sua inserção. Mas ainda que precários, o simples fato de os presos frequentarem espaços educacionais dentro das prisões é visto como expectativa e faz com que o detento ainda sinta-se um cidadão e que não teve todos seus direitos negados, apesar de sua privação de liberdade.

Mas infelizmente, falta instrução por parte dos gestores dos presídios para proporcionarem de maneira digna e mais acessível a educação aos reeducandos, o que no artigo “Avaliação diagnóstica da oferta educacional no sistema prisional brasileiro: identificando dificuldades e potencialidades” de Silva (2011), destaca que, poucos Gestores conhecem o Projeto Educando para a Liberdade, o que dificulta a melhoria da educação no espaço prisional. Vale ainda destacar o que Silva (2011, p. 16) relata na pesquisa citada:

As ações educacionais ofertadas no âmbito das Unidades Prisionais proporcionaram maior grau de conhecimentos por parte dos alunos reclusos, maior conscientização dos direitos e deveres enquanto recluso, menor agressividade e maior propensão em demonstrar solidariedade para com os demais encarcerados. Tais aspectos tornam claro que a formação educacional pode contribuir para a plena reintegração do preso à

sociedade. Portanto, não se trata de abonar vantagens, nem regalias aos apenados, e sim, oferecer-lhes e proporcionar-lhes um bem comum, que lhes é garantido constitucionalmente: a Educação.

O que evidencia o interesse por parte dos alunos reclusos e, que, muitas vezes é negado este direito devida à precariedade e mais, destaco novamente que a educação é a melhor forma de promover a reinserção de um homem na sociedade, que a há educação quando há esperança.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA**

A proposta para desenvolver o presente trabalho é de caráter exploratório e tem como objetivo compreender como os educadores e direção fazem e como fazem esta educação acontecer nos espaços prisionais.

A análise qualitativa foi escolhida para investigar uma realidade que não pode ser quantitativa. Nesse sentido, Moraes (2003, p. 201) relata:

[...] qualitativa implica assumir um olhar fenomenológico em relação aos objetos investigados. Implica assumir uma atitude de deixar que os fenômenos se manifestem, sem impor-lhes direcionamentos. É ficar atento às perspectivas dos participantes, exercitando uma atitude fenomenológica.

#### **3.1 Abordagem de pesquisa**

Em relação ao delineamento da pesquisa, realizou-se estudo de campo e a coleta de dados ocorreu a partir de entrevistas semiestruturadas que serão realizadas com três professoras intramuros e uma observação participante de uma aula na Escola de Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos (NEEJA), que fica na Penitenciária Madre Pelletier. “Nessa técnica de pesquisa qualitativa, os investigadores imergem no mundo dos sujeitos observados, tentando entender o comportamento real dos informantes, suas próprias situações e como constroem a realidade em que atuam.” (OLIVEIRA, 2008, não paginado).

Com esta estratégia define-se sistematicamente o foco da observação, que é o papel do educador intramuros neste espaço.

#### **3.2 Contexto, sujeitos e organização da pesquisa**

A pesquisa de campo será realizada na escola que fica na Penitenciária Madre Pelletier, localizada na Avenida Teresópolis, número 2727, Bairro Teresópolis, na cidade de Porto Alegre/RS. Serão realizadas duas visitas, a primeira para exploração do espaço educacional e entrevistas com a direção e duas professoras da Penitenciária e a segunda visita estará destinada à observação das salas de aula.

Com isso, destaca-se:

Geralmente o pesquisador desenvolve a sua investigação passando por três etapas: exploração, decisão e descoberta. A primeira fase envolve a seleção e definição de problemas, a escolha do local onde será feito o estudo e o estabelecimento de contatos para a entrada em campo. Nessa etapa inicial também estão incluídas as primeiras observações, com a finalidade de adquirir maior conhecimento sobre o fenômeno e possibilitar a seleção de aspectos que serão mais sistematicamente investigados.[...] O segundo estágio de pesquisa consiste numa busca mais sistemática daqueles dados que o pesquisador selecionou como os mais importantes para compreender e interpretar o fenômeno estudado.[...] O terceiro estágio da pesquisa etnográfica consiste na explicação da realidade, isto é, na tentativa de encontrar os princípios subjacentes ao fenômeno estudado e de situar as várias descobertas num contexto mais amplo.(LUDKE; ANDRÉ, 1986, não paginado).

Estas três fases são responsáveis para a preparação da pesquisa, para obter mais detalhes do espaço e sujeitos observados.

### **3.3 Técnica de coleta de dados**

Como instrumento, para coleta de dados, utilizou-se uma entrevista semi-estruturada (Apêndice 1), individual e com o uso de gravador para registro de todas as informações. Após a coleta, a análise das entrevistas ocorreu de cunho exploratório e descritivo, seguindo os objetivos propostos (Apêndice 2). Ainda falando sobre o porquê da escolha da entrevista semi-estruturada, é pertinente destacar que:

[...] a entrevista semi-estruturada dá uma maior possibilidade de entendimento das questões estudadas nesse ambiente, uma vez que permite não somente a realização de perguntas que são necessárias à pesquisa e não podem ser deixadas de lado, mas também a relativização dessas perguntas, dando liberdade ao entrevistado e a possibilidade de surgir novos questionamentos não previstos pelo pesquisador, o que poderá ocasionar uma melhor compreensão do objeto em questão. (OLIVEIRA, 2008, não paginado).

Sendo assim, a entrevista realizada se dará a partir de determinadas perguntas, no entanto, podendo haver respostas livres e perguntas não previstas.

Em relação a observação participante, ela foi classificada como “participante como observador”, o que segundo Oliveira (2008, não paginado) define como: “No papel de participante como observador, ao contrário do participante completo, o pesquisador teve o prévio consentimento por parte da comunidade a ser observada. Os sujeitos, neste caso, sabem do caráter científico do estudo.”.

Isto significa que os professores intramuros e reeducandas estarão a par do por que da minha presença no ambiente, no entanto, não revelarei qual o meu total interesse, para que não haja também alterações dos participantes observados.

Segundo, ainda, as afirmações do autor, destaca-se:

As contribuições desse tipo de investigação estão presentes na sua capacidade de compreensão dos fenômenos relacionados à escola, uma vez que retrata toda riqueza do dia-dia escolar. Assim, os estudos qualitativos são importantes por proporcionar a real relação entre a teoria e a prática, oferecendo ferramentas eficazes para a interpretação das questões educacionais. (OLIVEIRA, 2008, não paginado).

Sendo assim, ressalva-se a importância da pesquisa qualitativa como instrumento-chave no trabalho do pesquisador.

## **4 ANÁLISE DE DADOS**

### **4.1 Características da escola**

A penitenciária Madre Pelletier foi fundada em 1950, porém, antes de ser considerada penitenciária era nomeada como Instituto Feminino de Correção. Ela era administrada pelas Irmãs da Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor. Apenas em 1970, recebeu sua atual denominação. A estrutura física da penitenciária é em formato de cruz, cada pavilhão corresponde a uma galeria, e a “ponta” da cruz, situa-se a entrada e no andar superior uma capela, a qual está desativada desde o ano de 1996, quando foi incendiada devido a uma rebelião. A escola foi fundada em 2002, era localizada no último andar do pavilhão que corresponde a parte esquerda da cruz, devido a mudança de administração da penitenciária, a escola foi transferida para um espaço localizado ao lado da capela. Esta mudança ocorreu, segundo informações dadas pela direção atual da escola, por conta de segurança, as educadoras intramuros transitavam por dentro das galerias, escoltadas. Esta foi a argumentação da direção do presídio e segundo as educadoras intramuros e direção da escola, esta mudança foi muito prejudicial à escola, pois o espaço hoje é menor e o deslocamento das reeducandas exige, atualmente, a escolta, o que antes, por ser dentro das galerias a escola, não era necessário. E devido a esta escolta, muitas vezes, por falta de agentes, acaba não sendo feita, prejudicando a presença das alunas às aulas.

Atualmente a escola possui entrada independente, para as professoras, não sendo necessário transitar pelos corredores ou galerias (como são chamados os espaços em que as reeducandas ficam). Para entrar é necessária apresentação da carteira de identidade, entretanto não fui submetida a nenhum tipo de revista pelos agentes penitenciários, apenas solicitaram que eu aguardasse no saguão a responsável. Alguns minutos a diretora da escola, chegou para me recepcionar. Subimos dois lances de escadas e logo chegamos à porta da escola, sem grades, apenas uma campainha e um olho mágico. Assim que entramos, avistamos a biblioteca logo na entrada, visualiza-se um espaço organizado, limpo, com muito acervo. Há uma mesa grande com quatro cadeiras, um globo decorando a mesa. As janelas possuem grades, de metal grosso e espaçamento pequeno, que mal dá para ver a rua pelas frestas. Do outro lado da sala há um computador, impressoras e uma

porção de livros empilhados, estes são devoluções das alunas do turno da manhã, segundo a diretora. Assim que cheguei fui convidada para conhecer o restante do local, não há grades em nenhum espaço da escola, as grades que ali existem permanecem abertas.

As salas são pequenas, com três mesas redondas cada e com doze cadeiras, possuem armários com materiais e quadro branco. São decoradas com alfabetos, números, assim como nas escolas que estamos acostumados a frequentar normalmente. A escola conta também com um laboratório de informática equipado com ar condicionado e com oito computadores novos, viabilizados pelo programa federal Pró-Info, porém, sem acesso a internet, o que delimita um pouco o trabalho das educadoras intramuros. Há um banheiro para as alunas, extremamente limpo, uma sala de professores e uma pequena, que é dividida para direção, vice direção e coordenação pedagógica.

Na biblioteca há um sofá, uma televisão e DVD. Estes são usados como recursos nas aulas. O intervalo das alunas, de quinze minutos, é realizado em um pequeno corredor na parte externa da escola, no qual elas não têm contato com as demais reeducandas da penitenciária neste período. Também é por este pequeno espaço o acesso delas para as galerias, elas chegam à escola, escoltadas por agentes penitenciárias. Porém, as agentes não circulam pelo ambiente escolar, o que faz o ambiente escolar tornar-se mais agradável.

A escola oferece aulas nos três turnos: manhã, tarde e noite. O período de aula é curto, nos três turnos a aula dura apenas três horas, manhã das 8h às 11h; tarde 13:30 às 16:30 e noite das 18h às 21h. Muitas vezes as aulas são suspensas por conta da movimentação nas galerias ou por falta de agentes penitenciários.

Há 50% de reeducandas matriculadas na escola, num total de 113 alunas, destes 50% apenas metade frequenta as aulas, mas, apenas uma média de 36 alunas são assíduas. Referente ao corpo docente são onze professoras, sendo duas de alfabetização e duas de séries iniciais, as outras cinco professoras são de áreas específicas. Também contam com uma diretora e uma professora das séries iniciais no turno da manhã desempenha a função de vice-diretora, a escola está sem coordenador-pedagógica, pois a mesma precisou assumir uma turma de séries iniciais por conta do desligamento de outra professora.

## 4.2 Educação em um espaço prisional: características e especificidades deste espaço educacional

Por que privar de liberdade em vez de educar para a liberdade? É um tanto contraditório quando nos referimos ao direito a educação que todo cidadão tem, pois não é esta a realidade encontrada na maioria das penitenciárias do Brasil. Não há educação e sim punição. Perguntemos, por que para recuperar um indivíduo é preciso puni-lo? Por que não podemos educá-lo para que possa retornar a sociedade dignamente? Antes de tudo, este indivíduo, é um homem, a qual seu maior direito lhe foi tirado: a liberdade. Nesse sentido é válido ressaltar o que Onofre (2011, p.276) fala sobre isso: “O encarceramento, ainda que considerado um castigo justificado, não pode levar consigo a privação dos direitos humanos, entre os quais se configura o direito a educação.”.

Certamente muitos não concordam com esta colocação, pois este homem fez a sua escolha, mas não nos é dado o direito de punir e excluir este cidadão da sociedade, mas sim, ver como dever da sociedade e do estado educar esta pessoa para a liberdade, e esta, não lhe ser mais tirada.

Quando nos referimos a nossa responsabilidade social, como cidadão, estamos referindo-nos ao papel que devemos ter na reinserção deste indivíduo, devemos recebê-lo de braços abertos, oportunizar a ele novas experiências.

O direito à educação é um direito novo a uma educação nova, com educadores novos e em escolas novas... direito a toda a educação, isto é, a todos os níveis e formas de educação, segundo as capacidades e interesses individuais e tendo em conta as possibilidades e necessidades sociais [...] e a uma educação que proporciona todas as aprendizagens necessárias ao pleno desenvolvimento da personalidade humana, com suas dimensões afetiva, ética, estética, intelectual, profissional, cívica, por meio de métodos que respeitem a dignidade e todos os direitos dos educandos. (FME, 2007, p.126-127 apud GADOTTI, 2009, p. 19)

Assim quando questionado às educadoras intramuros “o que vem a mente quando elas pensam em educação no espaço prisional”, a educadora P1<sup>1</sup> ressalta: *“a escola como espaço de inclusão onde elas podem repensar suas atitudes saberem que são capazes de mudar através do estudo, o estudo vem colaborar para mudanças”*. Já a P<sup>2</sup> emociona-se falando que antes de trabalhar com este grupo de alunas, desacreditava:

*“[...] antes de eu trabalhar nas casas prisionais eu achava que nem tinha o porque destas pessoas terem este direito, falando*

*bem sinceramente, depois que eu comecei a trabalhar no espaço prisional, eu entendi que estas pessoas mais do que qualquer outra pessoa tem este direito e necessitam usá-la, por que pra elas faz muito mais falta. Por que é a partir desta educação que elas realmente vão poder entender e perceber o que elas fizeram e que estão indo por um caminho diferente e que elas precisam compreender o que esta acontecendo na vida delas de uma maneira com outra perspectiva pra poder reagir, pra realmente poder se reinserir na sociedade.”*

A fala desta educadora intramuro é de fato comovente e faz com que reflitamos sobre o rotulo que a sociedade pôs, nos ex-apenados, assim dificultando sua reinserção na sociedade. Ainda concordando com as demais educadoras intramuros, a P<sup>3</sup> complementa com uma fala muito significativa quando questionado a ela o que vem a mente quando pensa na educação prisional:

*“Me vem a palavra reinserção, diferente de reintegração, porque eu acredito em reinserção, na verdade elas não estão desintegradas de uma sociedade, elas precisam ser só inseridas de uma forma diferente. E o papel da escola, eu acho que é esse, fornecer novas ferramentas para que elas possam construir novas perspectivas lá fora.”*

Podemos observar que ambas reforçam a ideia de ser um espaço de inclusão, de reinserção, que auxiliará este indivíduo a construir novas perspectivas em suas vidas, que através da escola poderão ser instruídos de uma melhor forma.

Sendo assim, concordando com a fala de Miranda Neto (2010, p.104):

O fato é que educação no cárcere, para muitos, não tem a ver com processos emancipatórios, de aumento de criatividade pelo educando e de diminuição de reincidência, não avaliada quantitativa e qualitativamente, talvez só ocorresse na plenitude com um processo educacional que levasse em conta os valores acima citados.

Considera-se estes valores citados por Neto, os valores que as educadoras intramuros referem-se em suas falas, a compreensão, o reconhecimento e crer na reinserção.

Quando questionado sobre o trabalho ser diferenciado/direcionado aos alunos, todas referem-se a um trabalho que é feito pensado nas reeducandas, nas vivencias delas, com isso destaca-se o que Vasquez (2011, p. 31) ressalta “É possível um

currículo de ensino de ciências para educação prisional que promova assuntos do interesse deles com conteúdos obrigatórios.”. Por isso, podemos afirmar que é necessário e, acima de tudo, essencial que os conteúdos trabalhados façam parte do cotidiano delas, assim como a P<sup>1</sup> cita quando descreve seu trabalho em sala de aula:

*“Eu sou das exatas, tu não consegues trabalhar potencia, fórmula de báscara com elas, tu vais trabalhar situações do dia a dia, da realidade delas, tu vais trabalhar matemática financeira, juros, porcentagem, pra trabalhar frações, trabalhamos com receitas, por exemplo. Na verdade as minhas aulas nunca são iguais, cada vez que vou trabalhar o mesmo conteúdo, com turmas que estão começando eu sempre me vejo trabalhando de outra forma, mas sempre trabalhando baseado naquilo que a gente percebe.”*

Observa-se a partir desta fala, o quanto é importante a professora conhecer as necessidades de seus alunos, o quanto isso auxiliará no seu trabalho em sala de aula.

Nessa hipótese central refere-se à necessidade da “invenção” de um currículo escolar específico para a escola na prisão. Ao importarmos modelos “da rua”, a escola no interior das prisões não construiu uma identidade própria e, dessa forma, as “as grades curriculares” utilizadas enquanto modelos serviam mais para atrapalhar o processo formativo dos “cativos” do que possibilitar a superação da condição de exclusão enfrentada. (LEME, 2011, p. 246).

Ainda falando sobre as práticas educativas no espaço prisional, destaca-se a fala da P<sup>3</sup>: “[...] mas enfim, professor é um ser extremamente criativo, e a gente aqui na escola não é diferente, então acaba saindo uns trabalhos bem bacanas, embora tenha algumas limitações.”

Com isso ressalta-se alguns pontos que Scarfó (2009, p. 130) destacou pontos que merecem ter um olhar diferenciado para irmos além quando falarmos de práticas educativas no espaço prisional.

Seguir promovendo a pesquisa e o desenvolvimento acadêmico; proporcionar às pessoas níveis de educação e capacitação profissional, promovendo a realização de “trajetórias educativas”; construir um currículo único básico ou plano de estudos adaptável ou ajustável; [...] o currículo, por sua vez, deverá contar com uma abordagem específica que leve em conta tanto o contexto de privação de liberdade, quanto um fortalecimento da educação em direitos humanos [...]

Com esta fala podemos perceber tamanha a dedicação do grupo docente e preocupação para que as reeducandas percebam o espaço escolar dentro da prisão

como algo significativo e que possibilite novas expectativas a elas, futuramente. Neste aspecto Leme (2011, p. 246) cita que:

[...] para a educação de jovens e adultos presos precisamos ir além, precisamos ousar e criar novas formas educacionais. Sem isso, jamais teremos uma educação na prisão, e continuaremos reproduzindo os modelos educacionais, repetindo os erros, defendendo uma educação para a prisão.

Com isso, podemos por fim refletir sobre a visão que ambas educadoras têm sobre a educação no espaço prisional e suas características e especificidades, todas educadoras intramuros acreditam na reinserção do indivíduo na sociedade, creem que a educação possibilita ao sujeito expectativas para um futuro, bem como Penna (2011, p. 132), ressalta: “A escola promove os indivíduos que dela participam, contribuindo para a configuração de sua condição de cidadania e ampliação de suas possibilidades de participação no mundo contemporâneo.”.

Além disso, a escola na prisão passa a ocupar um espaço que se faz valer a pena e que passa a ser percebido pelos reeducandos.

### **4.3 O papel do educador neste espaço de educação prisional**

A partir deste momento passa-se a analisar o papel do educador intramuro, o processo educativo e os desafios que os educadores intramuros enfrentam para ensinar, neste espaço.

Neste aspecto destaca-se a fala de Lourenço (2011, p. 169):

Nesse sentido, faz-se importante o estudo da cultura da escola como uma cultura independente da cultura social e, no caso descrito, da cultura prisional. Ambas as instituições, prisão e escola, devem merecer todos os nossos esforços analíticos na tentativa de não reduzir uma a outra, bem como não perder de vista aquilo que se quer compreender neste trabalho é uma escola com características muito particulares, porque funciona no interior das prisões.

Sendo assim, podemos observar que ambas as entrevistadas acreditam que o educador intramuro exerce um papel que vai além de professor, ele passa a ser conselheiro, ouvinte e mediador. Na fala da P<sup>1</sup> ressalta-se o seguinte trecho:

*“[...] as vezes tu não dá conteúdo, mas fica conversando, tu ouve e deixa ela falar, e na medida do possível vai fazendo*

*aquela mediação, por que ela tá muito infeliz, por exemplo, na segunda-feira é um dia que para render em sala de aula é difícil, então quando é o domingo dos filhos na segunda é bem mais complicado, elas vem eufóricas e tristes, eufóricas porque viram os filhos, mas também vem com toda uma carga de impotência, porque sabem de tudo o que esta acontecendo lá fora mas, aqui de dentro elas não conseguem fazer nada, tem o filho desempregado, o neto com problema, e aí como é que elas vão resolver? Elas não podem resolver, então na segunda elas vem bem [...]*

Nota-se a partir desta fala o quanto é importante que elas estejam com um bom vínculo estabelecido com este grupo de alunas, só assim, poderão de fato cumprir seus papéis de conselheiras e mediadoras.

Ainda falando sobre a importância do papel do educador intramuro, a entrevistada P<sup>2</sup> complementa sua fala com a contribuição que o educador intramuro faz para a formação deste aluno em situação de privação de liberdade, ela relata que:

*“[...] por que não é só o conteúdo, vai muito além disso, vai da conversa, do entendimento, tipo assim, muitas vezes a vida delas, elas sabem que se elas roubarem, matarem elas vão presas, mas depois que elas começam a estudar, elas conseguem entender o que leva elas a roubarem, o que leva elas a matarem, e que existem outros caminhos. Então eu me vejo mais como uma pessoa que orienta, que troca, assim como elas também conseguem passar pra mim, as coisas que aconteceram e qual a visão que elas tem da realidade. Elas muitas vezes ficam muito revoltadas, por que elas não têm direito a nada, só as outras pessoas têm, que elas estão assim por que não foram oportunizadas e outras coisas que realmente acontecem, mas que elas também precisam lutar por isso. Então existe uma troca tanto de ideia como de experiência, então isso vai além do livro, do conteúdo.”*

Sendo assim volta-se a destacar Miranda Neto (2010, p. 106) “Diretrizes específicas para educação no cárcere e, no caso de uma grade curricular, bastante campo aberto para que educadores adequem esta grade à realidade de cada escola pode ser um caminho.”. Pois assim como a educadora intramuros anteriormente cita “vai além do livro, do conteúdo”, a educação prisional necessita de um olhar específico, para que suas peculiaridades sejam atendidas.

Ainda complementando a fala da educadora intramuro que não basta passar conteúdo que o ensino no sistema prisional vai além disso, ele passa a ser humanizador.

Diante dessas necessidades, acreditamos que a “cela de aula”, além de ser um espaço da educação formal nas prisões, seja também um espaço de produção cultural e que seja um espaço que comporte os diversos interesses de formação dos alunos. (LEME, 2011, pag.258).

Para concluir, destaca-se a fala da P<sup>3</sup>, que além de ressaltar a importância de ser ouvinte e mediador observa o valor e que acima de tudo, o educador intramuro deve acreditar na educação prisional.

*“Eu acho que é tu fazer no dia-dia isso ser de verdade, fazer acontecer, proporcionando aulas diferentes do que elas tiveram lá fora, e não agradou, elas abandonam, um espaço que seja atrativo, como a gente procura manter a escola como sendo um espaço prazeroso e sempre aproximando o currículo da realidade, além de interessante ele tem que fazer parte da realidade tem que ser um currículo significativo, com significados para elas, para mulheres, na sua grande maioria pobres e agora em situação privação de liberdade. Então isso é uma coisa que a gente não pode esquecer, esse recorte de gênero tem que ser sempre lembrado na hora de entrar numa sala de aula, organizar teu material, preparar sua aula. Enquanto direção da escola a gente procura proporcionar que isso aconteça, trabalho interdisciplinar, momento de encontro entre os professores para que possam se organizar dessa forma, é um desafio diário.”*

Sendo assim é oportuno salientar a fala de Leme (2011, p. 257), quando ele refere-se “promover a igualdade de oportunidades”, sendo assim destaque o que ele cita: “Pois de nada adianta investir em programas educacionais nas prisões se estes não garantirem qualidade e uma possibilidade real de reintegração desses sujeitos que ali se encontram – ‘órfãos da cidade.’” (LEME, 2011, p. 257).

E para que tudo isso seja possível acontecer, observamos nas falas de ambas, a importância que é dada ao relacionamento educadora intramuro x aluna, por isso vale ressaltar o posicionamento de ambas quando questionado a elas sobre a vivência e convivência com o grupo de alunos no espaço prisional, todas destacam em suas respostas que são respeitadas e que não há histórico de desentendimentos de educadores intramuros com alunos.

Com isso, observa-se a fala de uma das entrevistas que resume num todo, a relação do grupo docente com as reeducandas, relação esta de confiança, respeito e reconhecimento:

*“A gente tem uma relação bastante tranquila com as alunas, por que como elas gostam, as que vem gostam de estar aqui. Isso facilita bastante por que elas não são obrigadas a vir, vem quem quer. E agente costuma ter uma excelente relação com as alunas, por que elas estando nesta situação de privação de liberdade elas acabam ficando extremamente carentes e aqui gente tem outro olhar, a gente costuma dizer que aqui não tem policia, aqui tem professor, tem professor e tem aluno. Então por elas se sentirem bastante carentes e as professoras conseguem fazer este olhar delas enquanto alunas, não enquanto apenas elas se sentem bastante acolhidas e isso faz com que as relações sejam amistosas. E as professoras muitas vezes tem que parar com sua aula e fazer um momento de escuta, as vezes não tem como, os acontecimentos lá dentro das galerias refletem aqui e aqui é um espaço que elas se sentem acolhidas para poder falar, não todas mas a maioria.” P<sup>3</sup>.*

E para que tudo isso seja possível, conclui-se com as respostas dadas quando questionado “O que faz elas quererem estar ali? Qual a importância para elas? ”. A P<sup>1</sup> e a P<sup>2</sup> não tinham pretensão de trabalhar com este grupo de estudantes, ambas receberam convites e aceitaram o desafio, julga-se pertinente destacar ambas as falas para que possam os observar o pensamento que antes elas tinham e o que atualmente acreditam.

*“Eu não optei por estar aqui, mas já havia trabalhado com crianças filhos de pais transgressores, então eu já tinha uma habilidade de lidar com estes alunos e com os pais destes alunos, pois, tem todo um jeito de tratar com eles. e a noite trabalhava com adolescentes com defasagens e rejeitados, então surgiu o convite de trabalhar aqui, fiquei apreensiva, por que nós que estamos lá fora não temos noção de como elas vão reagir, como vão nos receber, se tem grade, é toda uma caminhada, mas eu vim e gostei de trabalhar com elas, agora ao invés de trabalhar com os filhos estou trabalhando com pais, inclusive acabei encontrando três ex-alunas aqui.”*

Podes-se observar na fala da P<sup>1</sup> que antes de ter contato com os adultos em privação de liberdade diretamente, ela tinha contato com os pais transgressores indiretamente de alunos, ainda ressaltado por ela, que ela encontrara três ex-alunas.

É importante que destaquemos quando a educadora intramuro relata: *“tem todo um jeito de tratar com eles”* e *“fiquei apreensiva, por que nós que estamos lá fora não temos noção de como elas vão reagir, como vão nos receber, se tem grade, é toda uma caminhada”*, nota-se nestas duas falas destacadas o pré-conceito, o rotulo que a sociedade coloca nestes indivíduos, antes como professora de alunos com pais transgressores, ela temia pela reação da família quando fosse necessário fazer algum relato não positivo sobre aquele aluno e quando ela fala sobre não saber como seria o trabalho na escola intramuro, se haveria grades, se as alunas seriam ou não receptivas, estes pensamentos veem de uma visão preconceituosa, que nós, enquanto sociedade criamos, sem permitir, que enxerguemos aquele individuo reinserido na sociedade de forma igualitária. Já na fala da P<sup>2</sup>, ressalta-se:

*“[...] antes de eu trabalhar nas casas prisionais eu achava que nem tinha o porquê destas pessoas terem este direito, falando bem sinceramente, depois que eu comecei a trabalhar no espaço prisional, eu entendi que estas pessoas mais do que qualquer outra pessoa tem este direito e necessitam usá-la, por que pra elas faz muito mais falta. ”*

A fala da educadora intramura P<sup>2</sup> é ainda mais comovente, pois ela admite, que antes de ter contato com o espaço prisional, ela não enxergava estes indivíduos como cidadãos capazes de serem reinseridos na sociedade. Diferentemente do que nos deparamos na fala da P<sup>3</sup>: *“Eu sempre quis trabalhar dentro do presídio pela minha formação, eu sou assistente social, também. Então, sempre foi uma coisa que me chamou atenção sempre quis saber como funcionava.”*

A educadora intramuro P<sup>3</sup> ressalta que sempre quis trabalhar com este grupo de estudantes privados de liberdade, com isso, podemos perceber que ela, mesmo antes de ter contato com os reeducandos conseguia ter um melhor discernimento da importância da educação e do papel do educador intramuro no espaço prisional.

Portanto, Gadotti (1993, p. 143) demonstra tamanha importância do papel do pedagogo neste espaço *“A característica fundamental da pedagogia do educador em presídios é a contradição, é saber lidar com conflitos, saber trabalhar as contradições à exaustão.”*

#### 4.4 A educação no espaço prisional e as possibilidades de inserção dos sujeitos privados de liberdade

Neste momento estreita-se a análise da educação como um novo caminho para a reinserção do indivíduo na sociedade, como destacado por Graciano (2010, p. 23): “[...] a mobilização pela educação nas prisões é, sem dúvida, também uma necessária atuação em defesa dos direitos humanos – tarefa de todas as pessoas.”

Sendo assim quando questionado se “É possível através da educação a reinserção deste indivíduo na sociedade? O que elas, como educadoras intramuros, acreditam?” E ainda para complementar esta visão foi feita uma segunda pergunta: “Por vivenciar com alunos em situação de privação de liberdade, acredita que há esperança dos reeducandos quanto à educação influenciar na sua vida após a reconquista da liberdade? Fale como tu enxergas isto.” Com estas duas questões, bastante pontuais, é possível que percebamos visões, que embora, singulares e que enxerguem com olhos de educadoras sonhadoras, que acreditam que tudo é possível, que creem em uma educação libertadora e emancipatória; ainda uma delas possui uma visão mais realista, isso podemos observar na sua fala aqui destacada quando questionado “É possível através da educação a reinserção deste indivíduo na sociedade? O que elas, como educadoras intramuro veem este processo.”:

*“Não, não de forma nenhuma, aliás eu até acho que nós educadores não podemos carregar esta carga nem tão pouco essa culpa, essa carga de que vamos salvar o mundo e a culpa de que não ter conseguido. Eu acho que nós somos um pedaço necessário, muito necessário, uma parte muito necessária na construção nessa nova perspectiva pras pessoas privadas de liberdade, mas a gente não pode esquecer que a gente é só uma parte disso, muito importante, mas não podemos colocar esta responsabilidade sobre nós, porque realmente ela não é nossa.” P<sup>3</sup>*

Esta fala concorda com Scarfó (2009, p. 111), quando ele cita: “A educação é um direito que, ao ser exercido, reduz a situação de vulnerabilidade social, cultural e emocional da pessoa privada de liberdade.”.

Podemos observar a singularidade entre as visões quando destacada a fala educadora intramuro P<sup>2</sup>:

*“Com certeza, vou te dizer porque, vou te dar um exemplo: ano passado, num determinado mês que eu não lembro, o meu filho foi assaltado, eles roubaram o celular do meu filho, aí eu cheguei na escola e, elas assim, tem uma visão uma percepção bem aguçada, uma sensibilidade. Se eu chego triste, mesmo que eu tente disfarçar elas percebem, querem saber o que houve, querem saber, então eu cheguei, e elas já olharam e falaram “professora o que a senhora tem? o que aconteceu?”, eu falei “ah, gurias nada de mais graças a deus, meu filho foi assaltado, mas esta bem, só levaram o celular, ainda bem que não machucaram ele” . Aí uma aluna, ela baixou a cabeça e não chorou mas ficou muito abalada, aí outra colega perguntou “o que houve?” Aí ela disse “a culpa disso tudo é nossa”. Eu até me assustei na hora. Mas, as demais falaram “mas por que se a gente esta aqui dentro e não faz nada?”; daí ela falou “por que se nós não aceitássemos o celular como moeda, tênis, roupa por droga, o filho da professora não tinha sido assaltado.” Então nós começamos a trabalhar aquilo ali naquele momento, eu disse “realmente gurias, quem transformou o celular em moeda, o tênis em moeda, foram vocês, por que vocês são receptoras, vocês trocam.” Aí elas começaram a perceber o quanto elas também, porque no início elas pensam que só quem fornece a droga pra elas é o culpado, e elas precisam trabalhar pra alimentar os filhos, e tu precisava ver a tristeza no rosto delas, porque foi o filho da professora, da pessoa que elas gostam. E elas assumiram a responsabilidade, o que é o mais importante, mesmo não estando lá. Isto é muito gratificante, isso é sinal que o que tu esta fazendo elas pensarem, refletirem sobre aquilo ali e assumir, porque o fato delas lá assinarem um papel que elas são culpadas não quer dizer que elas estão assumindo, elas passam a ter consciência dos atos delas, isso é muito importante, isso vale mais que uma prova que a pessoa tirou nota cem. E no espaço prisional é isso o que acontece, elas vêm pra escola por que elas querem, elas não são obrigadas, e elas vem necessitadas, de diálogo, de entendimento e a gente também, por que a gente também quer entender o lado delas, quer interagir e esta interação acontece. E, tem pessoas aqui que tu vê que vão sair e realmente sabe, elas vão trabalhar elas vão fazer alguma coisa.”*

Nesse aspecto quando a educadora intramuro fala que as alunas frequentam a escola por que querem, concorda com o que Onofre (2011, p. 27) cita: “Nesse sentido, a educação deixa de ser um momento de distração (ocupar o tempo), para se tornar uma oportunidade real de melhorar sua conduta e hábitos, em favor de uma futura reintegração social positiva.”

Com esta fala, podemos além de perceber a boa relação entre educador intramuro e reeducando, notamos que para esta educadora intramuro o fato desta aluna reconhecer; ter consciência dos seus atos, é sem dúvidas, prova de que este indivíduo sairá do espaço prisional com outras perspectivas. Quanto à consciência da reeducanda, ressalta-se a fala de uma egressa “Um ser mais polivalente; não só adestrado, mas consciente de suas capacidades e de seu poder destruidor; portanto, mais maduro e capaz.” (B. B., p.72).

A singularidade destacada anteriormente, refere-se a visão sonhadora da educadora P<sup>2</sup> comparada a visão realista da educadora P<sup>3</sup>.

Sendo assim, para complementar, é pertinente que destaquemos ambas as falas das educadoras quando questionado “Por vivenciar com alunos em situação de privação de liberdade, acredita que há esperança dos reeducandos quanto à educação influenciar na sua vida após a reconquista da liberdade?”. A educadora P<sup>2</sup> é breve e acredita que: *“Elas chegam aqui e não valorizam a vida, e a partir disso, elas começam a se perceber como pessoa, quando tu ouve, tu escuta elas, tu trabalha a partir da fala delas.”* Ela cultiva a ideia de que a partir do momento que o reeducando perceber-se como indivíduo reinserido na sociedade ele conseguirá se reintegrar. Concordando com Onofre (2011), o reeducando necessita que suas necessidades básicas sejam atendidas e mesmo que as oportunidades sejam limitadas, a escola estará presente neste processo afim de contribuir regatando sua autonomia, dentro do espaço prisional, que antes de tudo é onde seu comportamento é controlado.

Ainda que com uma visão mais ampla, a educadora P<sup>3</sup>, ressalta em sua fala quando questionado a pergunta anterior citada:

*“É esse exatamente o que eu entendo ser o papel da educação dentro do espaço prisional, é tu poder dar estas ferramentas para elas poderem ter esta nova perspectiva, mas não da para ser ingênuo e pensar que tu vai conseguir dar este suporte apenas pela educação, elas precisam de profissionalização, tem algumas que não conhecem computador, não tem nenhuma capacitação, profissionalização para sair e se colocar no mercado de trabalho, e por isso já foram excluídas dele, a educação básica que é fornecida pela escola pode ajudar mas sem uma capacitação sem uma profissionalização fica difícil elas conseguirem de fato esta reintegração somente pela educação básica que é o que nós oferecemos.”*

A fala da P<sup>3</sup> conversa com o que Silva (2010, p. 47) cita:

[...] a cultura prisional vigente precisa ser imediatamente substituída por uma cultura pedagógica que ofereça condições para o amadurecimento pessoal, o despertar das potencialidades humanas e o desenvolvimento de habilidades e capacidades valorizadas socialmente.

Ainda para que possamos analisar a visão da educadora intramuro P<sup>3</sup> tem sobre as perspectivas para a educação prisional ressalta-se a fala com a qual ela finaliza a entrevista:

*“A educação prisional tem muito ainda o que caminhar, por muito tempo a EJA prisional foi invisível e de alguma forma a gente vem sendo lembrado que existe EJA prisional, mas que por muitos anos a gente ficou invisível, tendo em vista que ainda existe poucos artigos sobre isso, por que realmente ninguém nem sabe as vezes sabe que existe uma escola dentro de um presídio, mas a gente existe a gente tá aqui e isso significa o que a gente tem que construir um pouco a cada dia, o professor que esta aqui tem que ter um perfil diferenciado tem que perceber a aluna como aluna não como uma bandida uma apenada isso também é um exercício por que tu acaba sabendo do crime e isso causa repulso isso é normal do humano, então tu poder separar, não esquecer porque não tem como, mas separar a criminosa da aluna, isso não é uma coisa fácil, tu poder dar significado para os teus conteúdos, isso também não é fácil, tu entender a realidade delas, então assim, todos os dias a gente tá aprendendo e ai também a necessidade d gente ter um espaço de estudo que a partir desse ano a gente vai ter o primeiro amanhã na PUC com um grupo de trabalho da EJA da PUC para justamente discutir e fazendo leituras e releituras deste espaço deste aluno essa realidade nosso papel, é uma coisa que conseguimos construir ano passado e que este ano será executado.”*

Sendo assim destaca-se a fala de Julião (2011, p. 213):

Durante muitos anos, ninguém dentro do sistema penitenciário se preocupou com a capacitação profissional do interno penitenciário. Hoje, embora ainda timidamente, inicia-se tal discussão. Acreditam que através da qualificação profissional dos internos, por exemplo, se consiga inseri-los (ou reinseri-los) no mercado da força de trabalho.

É de extrema importância que destaquemos a fala da P<sup>3</sup>, pois ela, acredita que sim, é possível a educação influenciar nesta mudança do individuo em privação de liberdade, no entanto, é coerente e real o que ela relata, é importante que além da

educação este indivíduo tenha acesso a outras ferramentas, assim como destacado na fala de Julião, para que ele possa ser reinserido igualmente na sociedade. Sendo assim, ele se valorizará mais e conseqüentemente, como citado pela P<sup>2</sup> ele se enxergará ainda mais como pessoa.

Portanto, reiterando estas afirmativas, Onofre (2011, p. 277) destaca que:

É preciso afastar-se, no entanto, de qualquer postura ingênua em relação ao papel da escola dentro do sistema prisional, mas não há como negar que, nesse espaço, o homem busca a sua identidade e o diálogo, reconstrói a sua história e valoriza os momentos de aprendizagem, tendo, portanto, o direito a uma escola competente, produtiva e libertadora.

Sendo assim, o papel da educação passa a ir além de conhecimento e passa a ser de transformação deste indivíduo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como tema a Educação Prisional, para atender esta questão a análise teve como objetivo geral rediscutir a educação como um direito para todos, a partir de estudos e entrevistas com educadores intramuros sobre os desafios encontrados, suas expectativas e perspectivas para reinserir o aluno em situação de privação de liberdade, na sociedade. E ainda constatou-se que as expectativas dos educadores intramuros em relação aos indivíduos privados de sua liberdade vai além da educação, também interpretou-se as perspectivas que os educadores intramuros efetivamente têm sobre a educação como método de reinserção de alunos em privação de liberdade, identificando as ações transformadoras realizadas por eles neste espaço que são capazes de reinserir o reeducando na sociedade.

Sendo assim, evidenciou-se nas falas das educadoras intramuros a paixão por vivenciar naquele espaço, mesmo que, no primeiro momento não fosse o que duas delas almejassem para suas trajetórias profissionais, ambas apaixonaram-se pela área, passando a acreditar na possibilidade da reintegração daquele indivíduo com o auxílio da educação. Portanto, é pertinente, neste aspecto destacar o quanto faz-se necessário o vínculo construído por elas com as reeducandas. Vínculo estes que pode ser constatado na observação participativa, observando a maneira carinhosa com que as educadoras intramuros referiam-se ao trabalho ali executado. Assim como, nas aulas observadas, a interação professoras e estudantes, era evidentemente afetuosa e respeitosa. Com isso, destaca-se novamente a fala da P<sup>3</sup> *“Aqui não tem polícia, aqui tem professor, professor e aluno.”* Esta frase faz com que eu, ainda mais, valorizasse este espaço de aprendizagem.

A pesquisa desenvolvida atendeu aos objetivos que foram propostos gerando resultados satisfatórios e permitindo a produção de análises sobre a possibilidade de reinserção do indivíduo em privação de liberdade, não só pela educação mas, também por outros setores da sociedade, especialmente no que diz respeito as questões do preconceito que se evidencia sobre aquele que foi detento.

Entretanto, conhecemos um espaço diferente dos que relatados, na maioria, dos materiais bibliográficos, o espaço da escola visitada era acolhedor, bem organizado e limpo. Pequeno em seu espaço físico, no entanto com professoras que fazem acontecer, de uma forma incrível um trabalho inovador e transformador.

Os espaços físicos relatados nos referenciais teóricos eram ditos como impróprios para considerarmos espaços de aprendizagem ou se quer poderiam ser chamados de escola. Sendo assim, opondo-se a isso, certifico que há exceções. E para que estas exceções existam, basta acreditarmos na efetivação da educação nos espaços prisionais, é preciso acreditar na reinserção deste indivíduo na sociedade.

Portanto, também considero importante ressaltar que a educação prisional ainda é pouco estudada, porém, já encontramos materiais que falam e asseguram como um direito a educação para todos, seja esta pessoa privada ou não de sua liberdade, que o Estado deve assegurar a ela este direito. Entretanto, este direito assegurado nas diretrizes é recente e ainda pouco bem visto por muitos reeducandos, que muitas vezes veem a educação na prisão apenas como forma de remissão de pena. Este aspecto deve ter um olhar diferenciado, mas para que isso seja plausível, apenas com teorias e diretrizes não será possível, destaco novamente então que, para que isto seja de fato concretizado devemos como educadores extinguir os estereótipos criados pela sociedade. Estes modelos que desacreditam na mudança, na reinserção deste indivíduo, reinserção que não está determinada apenas pela educação, mas que deve vir acompanhada com ajuda da sociedade e como dever do Estado; para que então seja possível que os reeducandos passem efetivamente a terem expectativas de uma vida melhor, após a recuperação de sua liberdade, e que esta se dará por meio dos desafios vencidos por nós, professores, sociedade e Estado.

Por isso, dedico à esperança que perpetua por uma educação igualitária.

## REFERÊNCIAS

- B. B. Educação de mulheres presas: o olhar de uma regressa. In: YAMAMOTO, A. et al. (Orgs.) **Educação em prisões**. São Paulo: Alfasol, 2010. (Cereja Discute;1). p. 71-73
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição Federal da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 out. 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 4, de 9 de março de 2010. Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 07 maio 2010. Seção 1. p. 28.
- CUNHA, E. L. da. **Educação ou castigo**: um estudo sobre mulheres reeducandas. 2011. 172 f. Tese (Doutorado) Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.
- DIAS, M. da P.R. Educação nas prisões. In: YAMAMOTO, A. et al. (Orgs.) **Educação em prisões**. São Paulo: Alfasol, 2010. (Cereja Discute;1). p. 62-64.
- DRIGO, S. R. A. e. Dignidade humana, educação e mulheres encarceradas. In: Yamamoto, A. et al. (Orgs.) **Educação em prisões**. São Paulo: Alfasol, 2010. (Cereja Discute;1). p. 65-67
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GADOTTI, M. Educação com processo de reabilitação. In: MAIDA J.D. (Org.) **Presídios e educação**. São Paulo: FUNAP, 1993.
- GADOTTI, M. Direito a educação de adultos. In:\_\_\_\_\_. Educação de adultos como direito humano. São Paulo: **Instituto Paulo Freire**, 2009.
- JULIÃO, E. F. Educação e trabalho como programas de “reinserção social”. In: LOURENÇO, A. da S.; ONOFRE, E. M. C. (Orgs.). **O espaço da prisão e suas práticas educativas**: enfoques e perspectivas contemporâneas. São Carlos: EdUFSCar, 2011.
- LEME, J. A. G. Analisando a “grade” da “cela de aula”. In: LOURENÇO, A. da S.; ONOFRE, E. M. C. (Orgs.). **O espaço da prisão e suas práticas educativas**: enfoques e perspectivas contemporâneas. São Carlos: EdUFSCar, 2011.
- LOURENÇO, A. da S. Os processos educativos nas prisões: suas regularidades e suas singularidades. In: LOURENÇO, A. da S.; ONOFRE, E. M. C. (Orgs.). **O espaço da prisão e suas práticas educativas**: enfoques e perspectivas contemporâneas. São Carlos: EdUFSCar, 2011.

LÜDKE, M. ANDRÉ, M. E. D. A. Abordagens qualitativas de pesquisa: a pesquisa etnográfica e o estudo de caso. In:\_\_\_\_\_. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/papet/2003/ep145/pesq.htm>. Acesso em: 04 jun. 2015.

MIRANDA NETO, M. Educação Formal e não formal no cárcere: questões anteriores e possíveis caminhos. In: YAMAMOTO, A. et al. (Orgs.). **Educação em prisões**. São Paulo: Alfasol, 2010. (Cereja Discute;1). p. 103-108.

MONTEIRO, A. dos R. O pão do direito à educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 24, n. 84, p. 763-789, set. 2003.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência e Educação**, Bauru, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

OLIVEIRA, C. L. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. **Travessias**, Cascavel, v. 2, n. 3, 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/Maria/Downloads/3122-11555-1-PB%20(1).pdf> Acesso em: 01 jul. 2015.

ONOFRE, E. M. C. Educação escolar na prisão: controvérsias e caminhos de enfrentamento e superação da cilada In: LOURENÇO, A. da S.; ONOFRE, E. M. C. (Orgs.). **O espaço da prisão e suas práticas educativas**: enfoques e perspectivas contemporâneas. São Carlos: EdUFSCar, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Projeto educando para a liberdade e sua interface com o Pronasci. In:\_\_\_\_\_. **Educação em prisões na América latina**: direito, liberdade e cidadania. Brasília: UNESCO, 2009. p. 17-18

PENNA, M. G. de O. Relações sociais e espaço escolar na prisão: limites e possibilidades da ação educativa no interior de uma penitenciária. In: LOURENÇO, A. da S.; ONOFRE, E. M. C. (Orgs.). **O espaço da prisão e suas práticas educativas**: enfoques e perspectivas contemporâneas. São Carlos: EdUFSCar, 2011.

SCARFÓ, F. A educação pública em prisões na América Latina: garantia de uma igualdade substantiva. In: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Educação em prisões na América latina**: direito, liberdade e cidadania. Brasília, UNESCO: 2009. p. 107-137.

SILVA, da R. Há perspectiva de humanização das prisões? In: YAMAMOTO, A. et al. (Orgs.). **Educação em prisões**. São Paulo: Alfasol, 2010. (Cereja Discute;1). p. 45-47.

SILVA, G. O. da. Avaliação **diagnóstica da oferta educacional no sistema prisional brasileiro**: identificando dificuldades e potencialidades. 2011. 140 f. Tese (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

SIQUEIRA, R. C. E. Apresentação. In: YAMAMOTO, A. et al. (Orgs.) **Educação em prisões**. São Paulo: Alfasol, 2010. (Cereja Discute;1). p. 4-6

VASQUEZ, E. L. Educação prisional no Brasil: discursos, práticas e culturas. In: LOURENÇO, A. da S.; ONOFRE, E. M. C. (Orgs.). **O espaço da prisão e suas práticas educativas**: enfoques e perspectivas contemporâneas. São Carlos: EdUFSCar, 2011.

YAMAMOTO, A. et al. (Orgs.). **Educação em prisões**. São Paulo: Alfasol, 2010. (Cereja Discute;1). p. 10-17

## APÊNDICE A - Instrumento de coleta de dados

### Roteiro de Entrevista

O roteiro da entrevista, a seguir, foi construído para atender os objetivos deste trabalho.

Nome: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_

Tempo de profissão: \_\_\_\_\_

Há quanto tempo te dedicas à educação no espaço prisional? \_\_\_\_\_

- a) O que vem à mente quando você pensa em educação no espaço prisional?
- b) Como você descreveria teu papel como educador neste espaço?
- c) O que faz você querer estar aqui? É importante para ti?
- d) É possível através da educação a reinserção deste indivíduo na sociedade. O que tu pensa sobre isso?
- e) Existe um trabalho diferenciado/direcionado a estes alunos? Poderias falar sobre eles?
- f) Por vivenciar com alunos em situação de privação de liberdade, acredita que há esperança dos reeducandos quanto à educação influenciar na sua vida após a reconquista da liberdade? Fale como tu enxergas isto.
- g) Gostaria que tu falasses sobre tua vivencia e convivência com este grupo de alunos neste espaço.
- h) O que você gostaria de acrescentar?

### APÊNDICE B - Tabela de perguntas correspondentes aos objetivos

Perguntas	Objetivos
<p>É possível através da educação a reinserção deste indivíduo na sociedade. O que tu pensa sobre isso?</p>	<p>Constatar as expectativas dos educadores intramuros;</p>
<p>Por vivenciar com alunos em situação de privação de liberdade, acreditas que há esperança dos reeducandos quanto à educação influenciar na sua vida após a reconquista da liberdade? Fale como tu enxergas isto.</p>	<p>Compreender como projetos de reinserção social funcionam efetivamente nestes espaços intramuros.</p>
<p>Existe um trabalho diferenciado/direcionado a estes alunos? Poderias falar sobre eles?</p>	<p>Compreender como projetos de reinserção social funcionam efetivamente nestes espaços intramuros</p>
<p>Como você descreveria teu papel como educador neste espaço?</p>	<p>Identificar as ações transformadoras para uma educação capaz de reinserir o reeducando na sociedade.</p>
<p>O que faz você querer estar aqui? É importante para ti? Tu optou?</p>	<p>Constatar as expectativas dos educadores intramuros;</p>
<p>Gostaria que tu falasse sobre tua vivencia e convivência neste espaço e com este grupo de alunos.</p>	<p>Interpretar as expectativas que os educadores intramuros efetivamente têm sobre a educação no espaço prisional;</p> <p>Compreender qual o papel do educador intramuros neste espaço e os desafios encontrados na vivencia no espaço prisional.</p>

O que vem à mente quando você pensa em educação no espaço prisional?

Interpretar as perspectivas que os educadores intramuros efetivamente têm sobre a educação como método de reinserção de alunos em privação de liberdade



## ANEXO A - Termo de consentimento

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

#### Aceite de participação em pesquisa

Aceito participar da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso, intitulada Educação Prvisional: Expectativas, Perspectivas e Desafios para Reinserção do Indivíduo do(a) acadêmico(a) Francine Fachini sob a orientação da professora \_\_\_\_\_.

Estou informado(a) de que os dados pessoais da pesquisa serão mantidos em sigilo pelo(a) acadêmico(a) responsável por este estudo.

Assinatura do(a) participante da pesquisa: \_\_\_\_\_

Observação:

Qualquer esclarecimento pode ser feito com o(a) acadêmico(a) pelo telefone: (51) \_\_\_\_\_

Data: 13 / 04 / 2015

**PUCRS**

Campus Central  
Av. Ipiranga, 6681 - P. 15 - sala 217 - CEP 90619-900  
Porto Alegre - RS - Brasil  
Fone: (51) 3320-3527 - Fax: (51) 3320-3627  
E-mail: [educacao@pucrs.br](mailto:educacao@pucrs.br)